



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
E SERVIÇOS URBANOS**

**JUSTIFICATIVA – FORMAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICA PRIVADA PARA
CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE MANEJO E LIMPEZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO
MUNICÍPIO DE ITAPEVI/SP**



A Política Nacional de Resíduos Sólidos previu objetivos claros em seu diploma legal e, para viabilizar sua implementação, instituiu uma série de instrumentos, dentre os quais se destacam os planos de resíduos sólidos, o sistema de logística reversa e a coleta seletiva.

No município de Itapevi o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi aprovado através da Lei Municipal nº 2.261, de 22 de agosto de 2014 (“PMGIRS”), instrumento pelo qual pretendemos a sua implementação através da concessão de referidos serviços no município que ora se inaugura na presente data.

Para tanto, a formação de Parceria Pública Privada em que se pretende a Concessão dos Serviços Públicos de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Itapevi é o método pelo qual foi demonstrado a sua viabilidade através dos estudos de *modelagem jurídico institucional e técnico-operacional*, encomendado pelo Município e apresentados na audiência pública realizada na data de 13 de setembro de 2019 na Câmara Municipal Itapevi, cujo conteúdo está sendo disponibilizado na presente oportunidade.

Em breve síntese, estão demonstradas as seguintes vantagens e os aspectos que tornam tal modelo mais viável e justificável em relação aos modelos tradicionais:

- a) Maior viabilidade de financiamento quando esta é atribuída ao parceiro privado;
- b) O longo prazo contratual permitido pelo modelo, o que viabiliza os altos investimentos com a diluição de seus custos ao longo da vigência contratual;
- c) Alocação mais eficiente dos riscos envolvidos na contratação;
- d) Mecanismos legais e financeiros que incentivam a excelência na prestação dos serviços e a sua boa gestão pelo parceiro privado;
- e) Os mecanismos legais voltados especificamente à maior eficiência econômica dos empreendimentos, tais como a distribuição eficiente dos riscos e dispositivos legais voltados à segurança jurídica das contratações;
- f) Atribuição ao parceiro privado da responsabilidade pelo levantamento dos recursos financeiros para viabilização do empreendimento, trazendo ganhos de eficiência ao projeto e liberando os escassos recursos da Administração Pública



para outras atividades – muitas das quais essenciais e que não podem ser delegadas, tais como saúde, policiamento e educação;

g) Possibilidade da prestação integrada dos Serviços, propiciando ganho de escala e permitindo ao parceiro privado maior conhecimento e controle de todas as etapas do sistema de gestão de resíduos sólidos, o que facilita a fiscalização por parte do Município;

h) Parcela significativa dos Serviços constituem-se em serviços indivisíveis, portanto não passíveis de tarifação, descartando, assim, os modelos de concessão comum e de concessão patrocinada.

i) A remuneração feita diretamente pelo poder concedente em contrapartida à prestação de serviços fruídos pela coletividade também configura uma importante concepção de política econômica, na medida em que envolve uma melhor distribuição de encargos segundo a lógica de capacidade contributiva, e não de usuário-pagador.

Com base nesses elementos destaca-se para a ampliação dos serviços com eficiência e presteza de modo a alcançar os anseios da legislação em regência e do interesse público. Veja assim que os serviços a serem prestados pela empresa contratada ou delegatária dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos se insere em:

- Coleta manual, mecanizada e transporte de resíduos sólidos;
- Coleta seletiva;
- Coleta e transporte de resíduos da construção civil;
- Coleta e transporte dos resíduos provenientes de Ecopontos;
- Coleta e transporte dos resíduos provenientes da Operação Cata-Bagulho;
- Implantação, operação e manutenção de Estação de Transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos;
- Implantação, operação e manutenção de Unidade de Triagem de resíduos sólidos urbanos;
- Implantação e operação de sistema de monitoramento e fiscalização de resíduos da construção civil;
- Reestruturação, implantação operação e manutenção de Ecopontos;
- Manutenção e monitoramento do antigo Lixão Quatro Encruzilhadas;



- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Varrição mecanizada de vias e logradouros públicos;
- Limpeza de área central;
- Limpeza e lavagem de locais de feiras livres;
- Capina e roçada manual em prédios públicos;
- Serviços complementares;
- Educação Ambiental.

Também são levados em conta, na presente Parceria Público Privada, os seguintes investimentos a serem realizados pela empresa contratada para viabilizar a prestação dos Serviços e o cumprimento das obrigações contratuais da empresa:

- Unidade de Triagem de resíduos sólidos urbanos;
- Estação de Transbordo;
- Ecopontos;
- Unidade de Beneficiamento de resíduos de construção civil;
- Sistema de monitoramento e fiscalização de resíduos da construção civil;
- Centro de Educação Ambiental.

Este universo de serviços demandam investimento e estrutura própria que vão além da contratação comum por meio da lei 8.666/93 ou pelo atual modelo de concessão pura através da lei 8987/93.

Por isso, a questão deve ser vista sob o prisma da viabilidade econômico-financeira. Delegar por concessão comum somente os serviços divisíveis tornaria o empreendimento pouco atrativo à iniciativa privada, tendo em vista os diversos investimentos que deverão ser feitos pela concessionária. Uma tarifa nesse cenário estaria desproporcionalmente aquém de um valor justo para os serviços que seriam assumidos pelo concessionário, assumindo-se que o Município manterá todos os investimentos indicados na modelagem técnica dos presentes estudos, que é a premissa mais correta a se adotar, haja vista a real necessidade desses investimentos para fins de atendimento do Município à Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua legislação.



Assim, nossa conclusão com relação ao modelo jurídico-institucional e técnico operacional mais recomendável para a delegação dos Serviços à iniciativa privada no Município de Itapevi é que isso ocorra na formação de Parceria Pública Privada por meio de concessão administrativa, nos termos da Lei Federal 11.079/2004.

Desta forma, em cumprimento ao rito estabelecido pela referida lei (art. 10, inciso VI), apresentamos conjuntamente com a presente justificativa os estudos de modelagem jurídico-institucional da concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e de modelagem técnico-operacional da concessão de serviços de manejo e limpeza de resíduos sólidos do município de Itapevi/SP, instrumentos estes que deram base para a minuta de edital e do contrato, que ora submetemos neste momento à consulta pública para críticas, dúvidas e sugestões.